



Ação de impeachment deve chegar ao Plenário em agosto

Aprovado ontem, cronograma proposto pelo relator prevê também que a acusação e a defesa terão, cada uma, 15 dias para alegações finais

A Comissão Especial do Impeachment aprovou ontem o cronograma de trabalho. De acordo com ele, as testemunhas começam a ser ouvidas amanhã. A presidente afastada Dilma Rousseff, se desejar, terá o próximo dia 20 para se defender perante os senadores. A acusação e a defesa disporão, cada uma, de 15 dias para fazer as alegações finais — ante os 5 dias que haviam sido estabelecidos anteriormente. O parecer deve chegar ao Plenário do Senado no começo de agosto. Sendo aprovado lá, será iniciada a fase do julgamento final. **6 e 7**



O relator da comissão, Antonio Anastasia, fala em reunião, ao lado do presidente do colegiado, Raimundo Lira, e do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira

Moreira Ilariz/Agência Senado

especial Cidadania

Uso de farol baixo nas estradas passa a ser obrigatório de dia

Lei sancionada em maio entra em vigor em julho e visa melhorar a visibilidade nas estradas para reduzir

acidentes. O descumprimento será punido com multa de R\$ 85 e quatro pontos na carteira. **4 e 5**



Diego Moreira/A2Fotografia

Acidentes matam mais de 40 mil pessoas no trânsito a cada ano no país

Vigilantes pedem aos senadores a fixação de piso salarial para categoria

Remuneração mínima de R\$ 3 mil é a principal reivindicação dos representantes dos 2,3 milhões de vigilantes

no país, ouvidos ontem na Comissão de Direitos Humanos. Paulo Paim apresentou projeto de lei ontem mesmo. **8**



Paim preside reunião ontem com vigilantes na Comissão de Direitos Humanos

Pietro Franco/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado

No Conselho de Comunicação Social, Miguel Ângelo Cançado e Claudio Lamachia

Presidente da OAB: Anatel é leniente com falta de aprimoramento da tecnologia

Em audiência do Conselho de Comunicação Social, Claudio Lamachia também afirmou que a ideia de limitar o acesso a dados vai na direção contrária

do Marco Civil da Internet, que estabelece mais democracia e inclusão social na rede, e defendeu a instalação de uma CPI da Anatel. **3**

Indicado para o Banco Central será sabatinado hoje **7**

Plenário vota modernização de gestão financeira **3**

Renan discute Supersimples com governadores **7**

Senadores registram morte de Jarbas Passarinho **2**



Ana Volpe/Agência Senado

Wellington (2º à esq.) e convidados discutiram tecnologia para a democracia

Internet facilita participação popular no Legislativo e no governo, aponta debate

Em audiência da Comissão Senado do Futuro, especialistas disseram que o enorme potencial da internet para aumentar a participação po-

pular nas decisões do poder público deve ser aproveitado por Paramentos e governos, que podem usar a ferramenta para ouvir a população. **8**



Reprodução

Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

Autoridades lamentaram a morte de Passarinho, decorrente de complicações relacionadas à idade avançada. Renan Calheiros disse que o ex-senador foi "um dos melhores políticos de sua geração"

Ex-senador Jarbas Passarinho é sepultado em Brasília

O CORPO DO ex-senador Jarbas Passarinho foi sepultado às 16h30 de domingo na Ala dos Pioneiros do Cemitério Campo da Esperança, em Brasília. Cerca de 200 pessoas acompanharam a cerimônia, de acordo com a Polícia Militar.

Segundo a assessoria do governo do Pará, estado que Passarinho governou, ele morreu por problemas de saúde decorrentes da idade avançada. O estado decretou luto oficial de três dias.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a morte de Passarinho e também decretou luto oficial de três dias a contar de ontem.

— Perdemos um grande brasileiro. Em todos os cargos que ocupou, demonstrou profundo espírito público e dedicação ao interesse nacional. Foi um dos melhores políticos de sua geração, sempre teve com todos uma convivência gentil e civilizada. Jarbas Passarinho deixou a sua marca na história



Enterro do ex-senador na Ala dos Pioneiros do Cemitério Campo da Esperança

do Brasil e do Senado Federal — afirmou Renan.

O velório começou às 13h30, no Oratório do Soldado, no Setor Militar Urbano de Brasília.

Coronel da reserva do Exército, Jarbas Passarinho foi sepultado com honras militares, como salva de tiros. A bandeira do Brasil que cobria o caixão foi dobrada e entregue a Carlos Passarinho, um dos cinco filhos do ex-senador. A banda do Exército executou a *Canção*

da Artilharia, arma da qual Passarinho fazia parte.

— Jarbas Passarinho foi um exemplo de homem público. Ministro da Educação e presidente do Senado Federal em um regime onde a lei era dura, todos tinham no senador Jarbas Passarinho uma referência de democrata. Procurava agir para que os movimentos sociais tivessem voz — disse o senador Hélio José (PMDB-DF).

Militar de formação, foi ministro várias vezes e presidente do Senado

Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri (AC), no dia 11 de janeiro de 1920, filho de Inácio de Lóiola Passarinho e de Júlia Gonçalves Passarinho.

Aos 3 anos, muda-se com a família para Belém. Em Porto Alegre, cursa a Escola Preparatória de Cadetes. Em 1941, ingressa na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro.

Indicado por Castelo Branco, Passarinho assume em 1964 o governo do Pará, eleito pela Assembleia do estado. Em 1966, elege-se senador pela Arena (PA). No ano seguinte, é convidado pelo presidente Costa e Silva, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Três anos depois, o presidente Emílio Médici o convida para o Ministério da Educação. Reassume a cadeira no Senado em 1974. Em 1981, é eleito presidente da Casa. A



Nascido no Acre, Passarinho foi senador por três mandatos pelo Pará

convite do presidente João Figueiredo, assume em 1983 o Ministério da Previdência. Em 1986, é eleito para a Assembléia Constituinte. Exerce o cargo de ministro da Justiça de Fernando Collor até 1992, quando retorna ao Senado, onde fica até 1995.

Casou-se com Ruth de Castro Gonçalves Passarinho, com quem teve cinco filhos.

Temer e senadores se pronunciam sobre a morte nas redes sociais

Michel Temer, presidente interino da República: "Quero expressar meus sentimentos pêsames pela perda desse grande brasileiro Jarbas Passarinho."

Senador Fernando Collor (PTC-AL): "Com tristeza, registro o falecimento de Jarbas Passarinho. Na Presidência da República, eu o escolhi para comandar o Ministério da Justiça, onde prestou relevante serviço ao Brasil."

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): "Com pesar registro a morte do senador, um homem preocupado com o Brasil."

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): "Hoje o Pará perdeu um dos seus maiores líderes políticos."

Senador José Agripino (DEM-GO): "Conheci Passarinho no meu 1º mandato de senador. Talento, foi uma das melhores expressões políticas de sua época."

Senador Waldemir Moka (PMDB-MS): "Foi um grande político e um grande brasileiro."

Financiamento de campanhas eleitorais será tema de palestra

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com a embaixada dos Estados Unidos, promove amanhã palestra com o pesquisador Craig Holman. Ele falará sobre financiamento de campanhas políticas e ética governamental a partir da experiência norte-americana.

O pesquisador é especialista em relações institucionais e responsável pela área de Assuntos Governamentais do Public Citizen Congress Watch, organização que acompanha o Congresso dos EUA.

Além disso, Craig Holman conduziu vários projetos de

pesquisa sobre o impacto do dinheiro na política.

A palestra será proferida em língua inglesa, com tradução simultânea para o português.

As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas no local do evento.

Evento

LOCAL
Auditório do Interlegis

PROGRAMAÇÃO:
10h30 Recepção e inscrições
11h Palestra
12h Encerramento

Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (61) 3303-4701.

Com informações do Interlegis

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Gilberto Kassab**
8h45 Audiência com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- CMA Educação ambiental**
9h30 Na pauta, está projeto que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.
- CAE Presidente do Banco Central**
10h Sabatina de Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central.
- TRANSPARÊNCIA Cartão corporativo**
11h Análise do projeto que divulga gastos governo federal com cartão corporativo.
- CE Royalties para educação**
11h45 A comissão vota o PLS 747/2015, que destina royalties do petróleo para a educação pública básica e o ensino profissional.
- PLENÁRIO Gasto público**
14h Projeto que estabelece novo modelo para elaboração de orçamentos públicos (PLS 229/2009) abre a pauta do Plenário.
- MP 713/2016 Recursos no exterior**
14h30 Análise do relatório sobre a medida provisória que reduz a 6% o IR sobre remessa de recursos ao exterior.

- MP 714/2016 Empresas aéreas**
14h30 Análise de relatório da MP que eleva participação estrangeira em empresa área e extingue adicional de tarifa aeroportuária.
- MP 718/2016 Código antidoping**
14h30 Audiência sobre a MP que institui o novo Código Brasileiro Antidopagem.
- MERCOSUL Tarifa aeroportuária**
14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa o PL 3.046/2011, que dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.
- ORÇAMENTO Líderes**
14h30 Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento para tratar da Lei Orçamentária de 2017 e relatorias.
- SEGURANÇA DE BARRAGENS Relatório**
15h30 A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens analisa relatório final.
- PRESIDÊNCIA Ilan Goldfajn**
15h30 Renan Calheiros recebe o economista Ilan Goldfajn. Às 16h, ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência no Conselho de Comunicação, Lamachia disse que a agência é leniente com as operadoras de telefonia que não investem em aprimoramento de tecnologia

Presidente da OAB critica atuação da Anatel

O PRESIDENTE NACIONAL da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não atua como órgão regulador, e sim como se fosse um sindicato a serviço das empresas operadoras de telefonia.

Lamachia participou de uma audiência do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso. Na pauta, temas como regras para o uso da internet e das redes sociais e o papel da Anatel. O presidente da OAB criticou o que chamou de “leniência da Anatel” diante da falta de investimentos das empresas de comunicação no aprimoramento da tecnologia eletrônica, como a internet e a telefonia celular.

Segundo Lamachia, a falta de ação da Anatel se reflete em outras áreas importantes para o cidadão. Ele citou “o colapso do Judiciário”, devido à reconhecida morosidade da



Os conselheiros José Francisco de Araújo Lima e Miguel Ângelo Cançado, e o presidente da OAB, Claudio Lamachia

Justiça, como exemplo de um reflexo da falta de estrutura da comunicação eletrônica no país. Lamachia reconheceu a carência de servidores e juízes e a limitação administrativa, mas apontou que um processo eletrônico eficaz, com uma internet de banda larga de qualidade, colaboraria para uma

Justiça mais rápida e eficiente. — Esse é um problema real e precisa de um olhar diferenciado da sociedade. A lei garante o acesso à internet como um direito do cidadão — afirmou.

Limite de acesso

Lamachia acredita que a ideia de limitar o acesso à in-

ternet vai ampliar as diferenças no Brasil. Para o presidente da OAB, a medida vai gerar mais lucro para as empresas e vai na direção contrária do Marco Civil da Internet, que estabelece mais democracia e inclusão social na rede.

— Hoje, 70% dos países trabalham com serviço de

internet sem restrição de acesso, deixando o Brasil na contramão da tendência mundial. Várias das resoluções da Anatel contrariam a lei e o interesse da população — disse.

O presidente da OAB questionou os valores dos fundos geridos pela agência e informou que a entidade vai mover uma ação civil pública para debater a atuação da Anatel.

— Defendo, inclusive, que se instale uma CPI no Senado ou na Câmara para examinar a atuação da Anatel.

Conquista

O presidente do CCS, Miguel Ângelo Cançado, classificou a fala do presidente da OAB como “instigante e provocante”. Membro do CCS, Davi Emerich alertou que o Brasil precisa tomar “decisões estratégicas” sobre a comunicação. Para ele, a presença da banda larga em todos os municípios será uma conquista da democracia.

— No entanto, não é possível cobrar investimentos da iniciativa privada se as empresas não sabem qual o tipo de tecnologia será adotado no país.

O conselheiro José Catarino do Nascimento elogiou a atuação da OAB em relação ao direito do cidadão de acessar a internet. Já Walter Ceneviva afirmou que o usuário de um serviço de telecomunicação precisa ser visto com mais direitos do que um simples consumidor e criticou a gestão dos fundos de telecomunicação.

A audiência foi aberta à participação popular. O internauta Anderson Gralha, do Rio Grande do Sul, disse que a restrição do acesso à internet só vai beneficiar as empresas. Já Elvis Christian, de Minas Gerais, chamou a Anatel de “omissa”.

Comissão de Conteúdos escolhe conselheiros para relatar projetos

A reunião do Conselho de Comunicação Social também definiu ontem os relatores de projetos em tramitação no Congresso que tratam da área de comunicação, para avaliação pela Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação, ligada ao CCS.

Uma das propostas é a que cria os conselhos federal e regionais de Jornalismo e está parada na Câmara desde 2008, quando foi apresentada pelo deputado Celso Russomanno (PRB-SP). O PL 3.981 (número do projeto na Câmara) será relatado por Walter Vieira Ceneviva. Outro projeto da Câmara que receberá parecer de Ceneviva é o PL 4.451/2008. O texto estabelece normas de julgamento das licitações para outorga de concessões e permissões de serviços de radiodifusão.

As demais propostas tratam, entre outros temas, de segurança dos profissionais de comunicação (a ser relatada por Nasci-

mento Silva), do sistema tributário (por Luiz Antônio Gerace), da regulamentação profissional e órgãos colegiados (por Antonio Cortizo), de seguridade social, e da contratação de serviço de TV por assinatura (ambos por José Francisco de Araújo Lima).

O CCS aprovou também a realização, em agosto, de um seminário sobre a comunicação pública. Davi Emerich havia sugerido uma manifestação do conselho, reconhecendo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como empresa pública (e não apenas estatal) e a necessidade de que possa atuar sem sofrer obstáculos ou desmontes, independentemente de governo ou de grupos ideológicos.

— A dimensão pública não pode se perder — declarou.

A sugestão foi apoiada por Nascimento Silva, que criticou a troca de comando na

EBC. O presidente interino Michel Temer, em 12 de maio, nomeou o jornalista Laerte Rímoli como presidente da empresa. No dia 2 de junho, porém, Ricardo Melo reassumiu o cargo com base em uma liminar.

Marcelo Antônio Rech, porém, argumentou que a manifestação “extrapola as competências do conselho”, já que a EBC é ligada ao Executivo e o CCS é ligado ao Legislativo. Como alternativa, Ceneviva propôs a realização do evento.

O conselho aprovou outro seminário, a ser realizado em 4 de julho, sobre as repetidoras de televisão e a relação delas com a transmissão para a Amazônia Legal, a geração de empregos pela televisão aberta e a preservação da cultura regional.

Também ontem, Cançado anunciou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, aprovou a ideia de uma parceria entre a Unesco e o Conselho de Comunicação.

Plenário deve votar hoje modernização da gestão financeira

O Plenário tem como destaque na pauta de hoje projeto que incrementa a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Conhecida como modernização da lei de gestão financeira, a proposta define normas para execução orçamentária, planejamento e controle no setor público. Os senadores também podem votar projetos destinados a combater a violência contra a mulher e devem concluir a votação da PEC dos Precatórios.

Primeiro item da pauta, o PLS 229/2009 estabelece um novo modelo de elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para o planejamento, controle de gastos e contabilidade na administração pública. Também obriga o governo federal a implementar mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O projeto é de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o texto que vai a Plenário é o substitutivo de Ricardo Ferraço (PSDB-

ES) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pela proposta, o Plano Plurianual (PPA) deverá ser simplificado e reformulado com base no programa de governo apresentado pelo candidato vitorioso nas eleições para a Presidência. Também busca formas de aumentar a compatibilidade entre o PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é anual.

Considerado peça importante dos esforços de ajuste fiscal do governo, o projeto já teve a sua deliberação garantida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Proteção à mulher

Também poderá ser votada a PEC 43/2012, que inclui as mulheres vítimas de violência entre os beneficiários da política de assistência social. A proposta, de Marta Suplicy (PMDB-SP),

foi relatada por Paulo Paim (PT-RS). Outro projeto da pauta feminina é o PLC 7/2016, que garante às mulheres violentadas atendimento policial e pericial especializado e prestado, preferencialmente, por servidoras mulheres. O texto foi relatado por Aloysio e ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No entanto, Renan já assegurou que ele será levado a Plenário imediatamente após a aprovação, ou por pedido de urgência se a comissão não deliberar.

O Plenário deve concluir nesta semana a análise da PEC dos Precatórios (PEC 159/2015), já aprovada em primeiro turno. Os precatórios são dívidas do governo com cidadão ou empresa que ganhou um processo judicial transitado em julgado. O texto permite que a administração pública trate como dinheiro em caixa até 75% do dinheiro depositado na Justiça para esse fim.

Nota pública

O presidente do Senado, Renan Calheiros, aplaudiu a decisão do presidente da República, Michel Temer, em suspender as nomeações para a diretoria e presidência das estatais, além dos fundos de pensão. Renan afirmou que essa é uma “decisão oportuna e que repõe os critérios técnicos para preenchimento de cargos estratégicos no país”.

O presidente do Senado lembrou ainda que os projetos mencionados pelo presidente Michel Temer constam da agenda emergencial elaborada com a colaboração de todos os líderes partidários.

Na mesma linha, Renan Calheiros anunciou que o Senado vota amanhã [hoje] a modernização da lei de gestão financeira. Na quarta-feira [amanhã], o presidente recebe representantes dos governadores para iniciar a discussão sobre a ampliação do Supersimples.

Assessoria de Imprensa
Presidência do Senado Federal

Farol em rodovia será obrigatório a toda hora

Lei sancionada em maio exige que os motoristas usem luz baixa nas estradas, mesmo durante o dia, para diminuir o número de acidentes. Descumprimento será punido com multa de R\$ 85 e 4 pontos na carteira

Augusto Castro

UMA MEDIDA QUE já é tomada por diversos motoristas de maneira voluntária será obrigatória a partir de 8 de julho. Nessa data, começa a exigência de que todos os veículos trafeguem em rodovias com o farol aceso, seja dia ou noite. O objetivo da decisão é reduzir o número de acidentes, principalmente em estradas de mão dupla. O uso do farol faz com que os outros motoristas percebam o veículo com maior antecedência, tendo mais tempo para reagir a eventuais situações perigosas. Frear dez ou cinco segundos antes já pode fazer diferença.

A obrigatoriedade está na Lei 13.290/2016, sancionada pelo presidente interino Michel Temer em 23 de maio e publicada no *Diário Oficial da União* no dia seguinte. Embora

a obrigatoriedade passe a valer em todo o território nacional a partir de julho, o cidadão pode ir ligando o farol nas estradas desde já para se acostumar com a nova rotina.

É bom ficar atento porque a novidade valerá não apenas em viagens interestaduais ou entre cidades ligadas por rodovias. É comum a existência de trechos de estradas federais, estaduais ou distritais (no caso do Distrito Federal) que passam por dentro ou à margem de áreas urbanas.

No caso de Brasília, por exemplo, o Eixo Rodoviário, conhecido como Eixão, que corta o centro da cidade, ligando as asas Norte e Sul do Plano Piloto, é a rodovia distrital DF-002. Ou seja, deverá ser percorrido pelos motoristas com o farol baixo aceso.

Já o famoso Eixo Monumental — onde estão o Memorial

JK, a Torre de TV, a Catedral, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes — cruza o Eixo Rodoviário, mas não é uma rodovia. Portanto, o veículo não precisará estar com os faróis acesos.

Antes da mudança promovida pela nova norma, o uso dos faróis já era obrigatório para motos e ônibus, de dia ou à noite, ao circularem em faixas próprias. Os demais veículos só eram obrigados a ligar o farol durante a noite e ao transitar por túneis, além dos casos de chuva, neblina e cerração. Agora, todos os veículos serão obrigados a trafegar com os faróis acesos nas rodovias a qualquer hora.

Sanções e multas

A lei determina que o condutor do veículo deverá manter acesos os faróis, usando a luz baixa. É a mesma que se usa



Uso do farol baixo nas rodovias a qualquer hora já era previsto em resolução do Contran desde 1998, mas agora ganha força de lei, que entra em vigor em 8 de julho

comumente ao se dirigir à noite e difere da lanterna (ou farolete) e do farol alto. Basicamente, são esses três tipos de luz que existem na maioria da frota do país.

O farolete é a luz menos intensa, que pouco ilumina. Também conhecida como luz de posição, só deve ser usada para estacionar em local permitido, tirar ou colocar carga no veículo ou

fazer embarque e desembarque de passageiros. Já o farol baixo ilumina de maneira significativa a pista e, alguns estados, é conhecido como luz média ou farol médio. Por fim, o farol alto é bem mais intenso, usado apenas quando não há qualquer iluminação pública na via.

Outros tipos de iluminação, como faróis de neblina ou de

milhagem, não poderão substituir o farol baixo.

Como haverá uma nova obrigatoriedade para os motoristas, haverá também sanção e multa contra quem não seguir a lei. A infração será média, ocasionando a soma de quatro pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do motorista e o pagamento de multa de R\$ 85,13. Além disso,

a partir de novembro, as multas de trânsito serão reajustadas, e as infrações médias passarão a valer R\$ 130,16.

A fiscalização das rodovias estaduais fica por conta dos departamentos de estradas e rodagem (DERs) dos estados. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) vigia as rodovias federais. Os Detrans não fiscalizam rodovias.

Órgãos de trânsito apoiam a lei, mas consultor tem dúvidas

O uso dos faróis nas rodovias durante o dia permite que os veículos que trafegam em sentido contrário sejam vistos a uma distância de cerca de três quilômetros. Sem faróis, a visibilidade cai pela metade. Com isso, os órgãos de trânsito são unânimes em defender a validade da nova lei, por entender que ela diminui o número de acidentes.

Ao ver os demais veículos com antecedência maior, o motorista tem mais tempo para reagir em situações perigosas. Além disso, as luzes acesas dos carros contribuem para evitar casos de distração do condutor, uma das maiores causas de acidentes. Campanhas educativas sobre a nova lei começaram a ser veiculadas a partir da próxima semana.

De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), a medida será válida para qualquer tipo de rodovia, incluindo os trechos que passam por áreas urbanas.

Entretanto, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), “algumas vezes não é possível classificar as ruas observando apenas a sua engenharia e localização. Por esse motivo, cabe ao órgão com circunscrição sobre aquela área classificá-la adequadamente”.

Esse não é o mesmo entendimento do consultor legislativo do Senado, da área de Trans-

portes, Rodrigo Ribeiro Novaes. Ele esclarece que o Código de Trânsito define rodovia como “via rural”.

— Ao contrário do entendimento que tem sido dado por alguns órgãos de trânsito, essa lei não obriga as pessoas a usarem farol baixo em rodovias dentro da cidade, porque rodovia, no conceito do Código de Trânsito Brasileiro, é a via apenas rural. Então, dentro do perímetro urbano, por mais que fosse uma BR, não haveria essa obrigação — argumenta o consultor.

Luminosidade

Novaes acrescenta que não conhece comprovação de que a medida seria eficaz nas condições de luminosidade existentes no Brasil, um país de clima tropical. Na opinião dele, a eficácia da medida se daria apenas em países de climas mais frios, onde a luz solar incide menos.

— Não existe comprovação de que essa lei seria eficaz nas condições que a gente tem no Brasil. Inclusive, dentro da cidade, ela pode atrapalhar, porque já existe a obrigatoriedade do motociclista usar o farol para que a motocicleta se destaque no trânsito. A partir do momento em que você tem todo mundo usando o farol, esse destaque do motociclista some, ele desaparece. Então,

você pode ter um efeito adverso sobre os acidentes com motocicleta — diz.

O taxista Aurino Suassuna, 69 anos, 25 de profissão, não acredita que o farol baixo vá ajudar muito a aumentar a segurança nas estradas.

— Eu acho que não, porque se [o motorista] tiver dormindo vai continuar dormindo, não é farol de dia que vai acordar ele. Antes, por exemplo, ninguém queria comprar um carro branco, mas um carro branco avista melhor do que um farol, o carro branco você vê de longe na rodovia, eu viajei muito, a gente sabe. Tem carro que é igual ao asfalto, quando você vê, tá em cima mesmo. Ai adianta, esses carros escuros de farol aceso é bom.

Já o motorista de ônibus Alzito Gomes, 57 anos, há 23 na profissão, gostou da nova medida de segurança.

— É uma lei que veio nos ajudar. Tanto o condutor quanto o pedestre. Uma boa visibilidade é muito importante, principalmente ao pedestre. Você estando em um tempo ruim, com luz alta ou luz baixa, é mais visibilidade para o pedestre ver o veículo e o condutor ver o pedestre também. Uma lei que veio ajudar bastante, principalmente a nós condutores — observa Alzito, que conduzia um grupo de Goiânia em visita turística a Brasília.

Falta de visibilidade é um dos fatores responsáveis pelas 40 mil mortes na estrada

A Lei 13.290/2016 teve origem em projeto de lei do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR). A baixa visibilidade foi apontada pelo autor como uma das principais causas de acidentes nas rodovias. Segundo ele, “os condutores envolvidos continuam relatando que não visualizaram o outro veículo a tempo para tentar uma manobra e evitar a colisão”.

De acordo com o parlamentar, a medida é adotada em vários países e já teve a eficiência comprovada na diminuição de acidentes e mortes no trânsito. Mas, no Brasil, era prevista apenas na Resolução 18/1998, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

— São raros os veículos que trafegam em rodovias com os faróis baixos acesos durante o dia. Praticamente ninguém

segue essa recomendação. Por isso era necessário que a norma virasse lei — diz.

Vítimas

A medida foi relatada no Senado pelo senador José Medeiros (PSD-MT), que trabalhou como policial rodoviário federal por mais de 20 anos antes de assumir o mandato. Para ele, trata-se de um procedimento bastante simples, que deverá contribuir para a redução da ocorrência de acidentes frontais nas rodovias e salvar inúmeras vidas.

— O trânsito brasileiro é um dos que mais matam no mundo. São milhares de vítimas fatais por ano. Essa medida, além de não ter custos, pode resultar em menos acidentes — afirma o senador.

Segundo ele, é grande o índice

de acidentes frontais nas rodovias federais e a nova lei contribuirá para a diminuição desses números, porque aumenta a visibilidade nas estradas.

— Às vezes você tem situações em que a cor do carro, por exemplo, se confunde com a cor do asfalto. Em determinados momentos do dia, pode passar como um ponto cego um veículo desses — diz.

O Observatório Nacional de Segurança Viária informa que o uso de faróis nas estradas a qualquer hora tem eficácia comprovada em diversos países. Segundo a entidade, o Brasil perde 43 mil vidas em acidentes de trânsito anualmente.

O Ministério da Saúde confirma: foram 43.075 óbitos e 201.000 feridos hospitalizados em 2014 em acidentes de trânsito. Além disso, 42.500 indenizações por morte e mais de 515.000 por invalidez foram pagos pelo seguro DPVAT — aquele que todo proprietário de veículo é obrigado a renovar anualmente para cobrir eventuais despesas com danos pessoais causados por acidentes.

Ainda segundo o ministério, os custos com internações por acidentes de trânsito no Sistema Único de Saúde (SUS) foram de R\$ 117 milhões em 2003. Dez anos depois, tiveram um acréscimo de 95%, chegando a R\$ 229 milhões. Nesse período, a frota de veículos cresceu 121%.

“País vai evitar milhares de mortes”, diz relator do projeto

Em entrevista ao *Especial Cidadania*, o relator da proposta no Senado, José Medeiros, mostra confiança na nova lei.

Qual a importância da Lei 13.290?

É uma lei simples, mas muito eficaz. O Brasil tem um alto índice de acidentes e boa parte são colisões frontais. A colisão frontal geralmente produz danos terríveis, vítimas fatais, acidentes com morte. Esses acidentes, mostram as estatísticas, na maioria das vezes ocorrem por falta de visibilidade. O farol baixo ligado durante o dia traz mais visibilidade.

O aumento de gasto para os motoristas pode gerar resistência?

O gasto é muito pequeno. Boa parte dos usuários de rodovias já usa o farol, isso é uma tendência mundial. Creio que essa lei veio regulamentar uma coisa que já é tendência: a consciência de evitar acidentes.

Como policial rodoviário, o senhor viu muitos acidentes que poderiam ser evitados se a nova regra já existisse?

Trabalhei como policial

rodoviário durante 21 anos, nunca no administrativo, sempre na ponta, nas estradas. Vi verdadeiras tragédias, muitos acidentes e colisões frontais.

Essa foi uma lei que relatei com muita satisfação por saber que com ela o país, sem gastar nada, vai evitar milhares de mortes.

— **O senhor viaja muito de carro? Costuma usar o farol baixo?**

Sim, só de carro. Mato Grosso é um estado gigantesco. Para se ter ideia, dentro dele caberiam dez países do tamanho de Portugal. São poucos corredores

rodoviários, mas os faço em automóvel. E uso o farol baixo sempre, toda a vida.

— **Que mensagem daria aos motoristas?**

No Brasil tem um ditado que diz que tem lei que pega e tem lei que não pega. Eu diria que essa lei já pegou. Convido a todos a aderir a essa ideia, não por obrigação, mas por uma questão de saúde pública e de autopreservação. Existe a regra de trânsito “ver e ser visto”, e quando você é visto e também está vendo, dificilmente vai causar ou sofrer acidentes.



O senador José Medeiros atuou como policial rodoviário por mais de 20 anos

Para autor da proposta, gasto do cidadão “será ínfimo”

Autor do projeto de lei, o deputado Rubens Bueno diz ao *Especial Cidadania* que adoção da medida exige pouco e pode ter resultado expressivo.

Como surgiu o projeto de lei?

O Contran, em 1998, sugeriu o uso do farol baixo durante o dia. Mas era apenas uma con-



Bueno apresenta números dos EUA e da Argentina para justificar projeto

sideração, não havia norma.

— **O que a lei proporciona?**

Melhora a visibilidade. Um departamento norte-americano fez um estudo mostrando que, depois de adotado o farol aceso nas rodovias durante o dia, diminuiu em 5% o número de acidentes frontais e em 12% o número de outros acidentes, como atropelamento e acidentes com bicicletas, por exemplo. Na Argentina, os estudos mostram que diminuiu em 28% o número de acidentes. Quanto piores as estradas, é maior a necessidade de uma visibilidade mínima para evitar acidentes.

Alguns países já adotaram a medida? Como foi o resultado?

— **Alguns países já adotaram a medida? Como foi o resultado?**

Países como Chile, Argentina, Uruguai, Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Canadá têm legislações que obrigam o uso do farol de dia. Em alguns deles, os carros saem das fábricas com um sistema que acende o farol assim que o veículo é ligado.

— **Violência**

Questionado sobre a razão de as mortes de trânsito no Brasil permanecerem em patamar elevado na última década, mesmo com aperfeiçoamentos legislativos e melhorias técnicas dos automóveis, o consultor do Senado Rodrigo Novaes avalia que o país ainda vive uma cultura de violência no trânsito.

Ele lembra que, boa parte das mortes por acidentes é das pessoas menos protegidas no trânsito: os pedestres, os ciclistas, os motociclistas. Novaes acentua que, mesmo tendo havido uma melhora na segurança dos automóveis, houve um aumento do número de motociclistas nas ruas, o que afeta adversamente o número de mortes.

— A motocicleta é realmente um veículo muito perigoso e não faz parte da cultura do brasileiro respeitar aquilo que diz o Código de Trânsito: o automóvel deve proteger a motocicleta, a motocicleta deve proteger o ciclista e o ciclista deve proteger o pedestre. Na verdade, o que impera, infelizmente, é a lei do mais forte — afirma.



Saiba mais

Lei 13.290/2016
<http://bit.ly/lei13290de2016>

Código de Trânsito Brasileiro
<http://bit.ly/lei9503de1997>

Resolução Contran 18/1998
<http://bit.ly/resolucao18de1998>

Observatório Nacional de Segurança Viária
www.onsv.org.br

Veja todas as edições do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/especialcidadania



O presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira, fala na sessão em que senadores aprovaram calendário proposto por Antonio Anastasia (E); pelo cronograma, se desejar, Dilma falará na Casa no próximo dia 20

Comissão do Impeachment aprova cronograma

Pelo calendário, primeiras testemunhas serão ouvidas amanhã e parecer deverá ser votado no Plenário no início de agosto. Defesa e acusação terão 15 dias cada uma para alegações finais

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment marcou para as 11h de amanhã os primeiros depoimentos de testemunhas. Serão ouvidos dois nomes propostos pela acusação: o procurador Júlio Marcelo de Oliveira e o auditor Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, ambos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Também deverão falar as quatro testemunhas apontadas pelos senadores: Rogério Jesus Alves Oliveira, Adriano Pereira de Paula e Otávio de Medeiros, que são da área de operação de crédito da Secretaria do Tesouro Nacional, e Jânio Macedo, que é ex-diretor do Banco do Brasil.

Os depoimentos foram agendados ontem, depois que os senadores aprovaram o cronograma de trabalho proposto pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

De acordo com o calendário

aprovado, até 17 de junho haverá depoimentos de testemunhas e apresentação de documentos. No dia 20, ocorrerá o interrogatório da presidente afastada Dilma Rousseff — ela, porém, não é obrigada a comparecer.

De 21 de junho a 5 de julho, serão apresentadas as alegações escritas dos denunciadores. De 6 a 21, as da denunciada.

De acordo com o cronograma, o relatório será lido na comissão em 25 de julho e votado no dia 27. O parecer dessa fase do processo (de pronúncia) será votado no Plenário do Senado nos dias 1º e 2 de agosto.

Se o parecer for aprovado no Plenário, começará a fase do julgamento final.

Esse calendário aprovado ontem pode, no entanto, sofrer alterações a depender de quantas testemunhas de defesa serão ouvidas. Os defensores de Dilma querem que sejam

ouvidas 40, 8 para cada uma das 5 denúncias — 4 decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso e as pedaladas fiscais. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal para que o processo se resume a dois fatos: os quatro decretos em bloco e as pedaladas. Nesse caso, haveria até 16 testemunhas.

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), anunciou ontem que o prazo para as alegações finais da defesa e da acusação será de 15 dias cada, e não mais 5, conforme aprovado anteriormente. Antes ele havia decidido a redução de prazo em decorrência de um recurso apresentado pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Lira afirmou que, apesar de o Código do Processo Penal

prever o período mais curto, ele achou melhor seguir o rito do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992.

— Não podemos aceitar qualquer tipo de pressão, porque isso desvirtuaria o trabalho e o bom funcionamento da nossa

comissão. E não estamos aqui desejando o açoitamento neste julgamento. Muito pelo contrário. Tenho buscado exercer com equilíbrio e justiça o papel que me foi conferido pelos demais membros da comissão — explicou Lira.

O calendário

até 1º de junho	Recebimento da defesa prévia da denunciada e apresentação dos requerimentos para indicação de testemunhas e de provas pelos membros da comissão.
2 de junho	Parecer sobre provas e diligências. Discussão e votação.
de 6 a 17 de junho	Oitiva das testemunhas, esclarecimentos do perito e juntada de documentos.
20 de junho	Interrogatório da denunciada.
de 21 de junho a 5 de julho	Alegações escritas dos denunciadores.
de 6 a 21 de julho	Alegações escritas da denunciada.
25 de julho	Leitura do relatório na comissão.
26 de julho	Discussão do relatório na comissão.
27 de julho	Votação do relatório na comissão.
28 de julho	Leitura do parecer no Plenário.
1º e 2 de agosto	Discussão e votação do parecer no Plenário.

Gleisi Hoffmann condena aprovação de reajuste dos servidores públicos

Em Plenário, Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o presidente interino Michel Temer por ter, segundo ela, desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Orçamento da União.

A senadora se referiu ao anúncio do aumento do déficit público, que passou de R\$ 96,8 bilhões para R\$ 170 bilhões e ao reajuste geral do funcionalismo público, aprovado na Câmara.

— O que fez o presidente interino Michel Temer? Liberou geral. Mandou para cá reajustes para todos os setores do funcionalismo, principalmente para a elite dos servidores públicos, e isso vai ter um impacto perverso nas contas públicas.

Ferraço diz que aumento para funcionalismo deve ser discutido no Senado

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) advertiu que o Senado deverá debater com profundidade os projetos aprovados na semana passada pela Câmara, que prevêm reajustes para o funcionalismo público. Um deles aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é o teto salarial dos servidores.

Ele sublinhou que esses reajustes provocarão um rombo fiscal de quase R\$ 60 bilhões se forem aprovados também pelo Senado. Além disso, segundo o senador, o reajuste do teto no serviço público terá efeitos que agravarão as dificuldades de estados e municípios.

Lindbergh critica falta de pronunciamento de Temer e ausência em eventos

O presidente interino Michel Temer tem evitado participar de eventos e não fez pronunciamento em TV, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ). Enquanto isso, disse o o senador, a presidente afastada Dilma Rousseff participa de mobilizações em todo o país. Ele reclamou, no entanto, que Temer quer restringir essas viagens.

Antes da reunião da Comissão Especial do Impeachment, Lindbergh defendeu a manutenção do prazo de análise das acusações contra Dilma. Para ele, a proposta de reduzi-lo se devia à possibilidade de virem à tona em agosto apurações da Lava Jato envolvendo o PSDB e o PMDB.

Fernando Bezerra Coelho pede agilidade na análise das medidas econômicas

Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o Congresso Nacional deve analisar com rapidez medidas anunciadas pelo presidente Michel Temer que têm o objetivo de recuperar a economia do país, dar transparência às contas públicas e mudar o modelo de Estado.

Se isso acontecer, acredita o senador, o atual momento de deterioração da economia poderá ser revertido, inclusive com a geração de postos de trabalho para os mais de 11 milhões de brasileiros desempregados.

Depende agora de aprovação do Congresso a PEC que limita os gastos públicos ao valor desembolsado no ano anterior.

Governo estimulou caminhoneiro a fazer dívida, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) lamentou a situação dos caminhoneiros. Ele citou as más condições e a insegurança das estradas, o aumento do valor de insumos do setor e a saturação do mercado. Para o senador, a falta de sinceridade do governo sobre a economia está entre as causas do drama, pois a propaganda sobre safras recordes e o juro baixo do BNDEx incentivaram a renovação de frotas, e caminhoneiros pediram demissão achando que poderiam ser autônomos.

— Estimular ao endividamento sem informar a realidade sobre a grave crise, que era maquiada, é a pior traição àqueles que sonhavam contribuir com o país.

Ana Amélia aponta que redução de prazos não afeta defesa de Dilma

Ana Amélia (PP-RS) voltou a defender ontem as propostas apresentadas para a redução de prazos no processo de impeachment, que adiantaria o julgamento final de Dilma Rousseff para meados de julho. A senadora ressaltou que a mudança não trará prejuízos à defesa da presidente e que com Collor o processo foi muito mais rápido.

— Com Collor, foi processo expresso: três páginas de fundamentação para denúncia. O de Dilma tem 128 páginas. Não há comparação entre o processo de Collor, em matéria de tempo e de direito de defesa, e o processo de Dilma — disse a senadora.

Segundo Fátima, é crescente a mobilização contra o impeachment

Fátima Bezerra (PT-RN) disse ontem que encurtar prazos dos trabalhos da Comissão do Impeachment causa prejuízo ao direito de defesa de Dilma. Para ela, o presidente interino Michel Temer está “desesperado” com a queda dos argumentos a favor do impeachment e a crescente mobilização contra o “golpe”.

— Não é à toa que as pesquisas de opinião não foram mais divulgadas. Onde andam o DataFolha e o Ibope? Não sei mais pesquisa. Será que é porque as pesquisas estão mostrando cada vez mais a insatisfação da população brasileira frente a esse governo biônico que está aí, sem legitimidade nenhuma?

Para Moka, resolver a crise no país deve ser a prioridade do Senado

Waldemir Moka (PMDB-MS) rebateu críticas que têm sido feitas à Comissão Especial do Impeachment por querer fixar em cinco dias o prazo de alegações da defesa da presidente afastada Dilma Rousseff. Para o Moka, dar 15 dias para não parecer que a comissão estaria encurtando a defesa da presidente é um caminho “perigoso porque, se forem flexíveis em determinado ponto, podem ser flexíveis em outro”.

— Tem coisa mais importante para nos preocuparmos do que o impeachment. Acho que nesse momento, nós temos que pensar é no país, como é que nós vamos fazer para tirar o país desta crise.

Jorge Viana propõe constituinte exclusiva para reforma política

As notícias relacionadas aos escândalos na Petrobras mostram que o sistema político brasileiro está falido, na avaliação de Jorge Viana (PT-AC). Ele disse que o cenário exige uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para reformar regras políticas e eleitorais.

— Todos nós, independentemente de partido, temos que refletir sobre o caminho que pegamos — disse o senador.

Viana defendeu a votação de novas regras para regulamentar o processo de impeachment, já que as que estão vigentes foram elaboradas em 1950 e precisam ser adequadas ao momento atual.

Relator da LDO, Wellington defende “Orçamento realista”

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, Wellington Fagundes (PR-MT), afirmou que pretende elaborar diretrizes para um Orçamento realista. O senador explicou que a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Wellington ressaltou que a Lei Orçamentária, que virá depois de aprovada a LDO, é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como a mais importante lei depois da Constituição.

— Se precisamos construir as mudanças que a sociedade está exigindo, considero fundamental instituir a respeitabilidade do orçamento público. Será um grande desafio.

Vanessa cita editorial de jornal norte-americano e reafirma tese de golpe

Em discurso, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comentou editorial do jornal norte-americano *The New York Times* de ontem sobre a situação política no Brasil e disse que há em curso um golpe.

Sob o título “A Medalha de Ouro do Brasil para corrupção”, o editorial afirma que fazem parte do ministério de Temer alguns investigados pela Operação Lava Jato, e que nomeações feitas pelo presidente interino tiveram que ser revertidas por causa disso.

— Vai ficando claro que o afastamento temporário da presidente Dilma teve uma segunda intenção: fazer as investigações sobre corrupção sumirem.

Indicado para o BC, Ilan Goldfajn será sabatinado hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje, às 10h, o economista Ilan Goldfajn, indicado para a presidência do Banco Central (BC). A votação no Plenário do Senado poderá ocorrer à tarde.

A marcação da data da sabatina foi precedida de polêmica, porque os aliados do governo pretendiam realizá-la semana passada, a fim de viabilizar a participação do novo presidente do BC na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para 7 e 8 de junho. Relator, Raimundo Lira (PMDB-PB) argumentou que o atual presidente da instituição, Alexandre Tombini, informou que não gostaria de coordenar a reunião do comitê encarregado de definir a taxa de juros, a Selic.

A presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse concordar com a possibilidade de realizar a sabatina na semana passada se houvesse acordo nesse sentido na comissão. Mas Lindbergh Farias (PT-RJ) argumentou a necessidade de se investigar melhor um possível conflito de interesse, já que Goldfajn foi economista-chefe do Itaú Unibanco e acionista do maior banco privado brasileiro desde agosto de 2010.

O senador chegou a apre-



Se aprovado na comissão, nome de Ilan Goldfajn deve ir ao Plenário ainda hoje

sentar requerimento para que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República se pronunciasse sobre esse possível conflito de interesse. Retirou-o depois que Lira anunciou ter recebido ligação de Goldfajn informando já ter vendido as ações.

Entretanto, Lindbergh e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) não concordaram com a quebra do interstício de cinco dias entre a leitura do relatório e a sabatina, sob o argumento de que a dispensa violaria o Regimento Interno do Senado. O assunto foi levado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que decidiu pela contagem do prazo de cinco dias a partir da leitura da mensagem de indicação no

Plenário — no caso de Goldfajn, ocorrida em 23 de maio.

Esta deverá ser a segunda sabatina de Goldfajn na comissão, que o aprovou para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central entre 2000 e 2003.

Nascido em Israel, em 1966, tem doutorado em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (EUA). Lecionou economia na Universidade Brandeis, em Massachusetts, e na PUC Rio. Trabalhou no Fundo Monetário Internacional, onde realizou estudos sobre políticas econômicas dos países em desenvolvimento.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senado discute Supersimples com governadores

Está agendada para amanhã reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os governadores para elaboração de pauta de votações que ajudem os estados a saírem da crise financeira. Uma das propostas a ser discutida é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 125/2015, que aumenta os valores dos limites de enquadramento no Simples Nacional. Pronta para ser votada no Plenário, faz parte da lista de projetos do pacto federativo.

Marta Suplicy (PMDB-SP) é a autora do substitutivo, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que traz mudanças no texto original do ex-deputado Barbosa Neto. Para a senadora, o novo texto está “redondo”.

— A grande queixa era de que eles [os empresários] teriam perda de receita, mas, no novo projeto, eles não têm perda, eles têm ganho de receita. Quem vai ter perda é a União. São os pequenos e os médios [empresários] que tocam esse país, 90% dos empregos vêm deles, nós temos de ajudá-los porque são eles que possibilitam a mudança.

Entre as alterações, estão a elevação de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões do teto da empresa de pequeno porte (EPP) a ser incluída no programa (o teto anterior era de R\$ 14,4 milhões). Marta reconheceu que

o novo teto ficou aquém do que foi proposto inicialmente, mas considerou que a situação econômica do país se deteriorou, o que exigiu adaptações também nas propostas legislativas.

O substitutivo passou a prever o pagamento do ICMS e do ISS por fora da guia do Simples Nacional na parte da receita bruta anual que exceder R\$ 3,6 milhões. Esses impostos são, respectivamente, de competência de estados e municípios.

O projeto também eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempendedor individual (MEI), que deverá passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. Além disso, permite a adesão ao Simples do empreendedor do meio rural com receita bruta de até R\$ 72 mil. Outra mudança beneficia microcervejarias, vinedícolas, produtores de licores e destilarias, que poderão aderir ao Simples Nacional.

Progressividade

A senadora frisou na proposta o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples Nacional. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda. O objetivo é suavizar a passagem de uma faixa para outra, sem elevação brusca da carga tributária, e estimular o



Para Marta, texto do substitutivo à proposta original está “redondo”

crescimento das empresas.

— Conseguimos fazer alíquotas menores, mais suaves, e uma faixa de transição para o lucro presumido. Quando o limite for para R\$ 4,6 milhões, ao chegar ao faturamento de R\$ 4,5 milhões, o empreendedor já estará pagando quase a mesma coisa que no lucro presumido.

A maior parte das regras só valerá a partir de 1º de janeiro de 2017. Mas o prazo do chamado Refis do Simples, que permitirá aos micros e pequenos empresários parcelarem débitos tributários em até 120 meses (o prazo atual é de 60 meses), poderá entrar em vigor ainda em 2016. A fiscalização, hoje punitiva, será orientadora.

Marta destacou que a perda para a União ficará em torno de R\$ 1,6 bilhão, mas que os estados terão impacto positivo nos orçamentos com um acréscimo de R\$ 105 milhões com ICMS e de R\$ 54 milhões com ISS.

Vigilantes querem piso nacional de R\$ 3 mil

Em audiência, sindicalistas disseram que discrepância entre estados é grande, havendo regiões onde o salário é de R\$ 920. Senador apresentou projeto de lei ontem mesmo

ENTIDADES SINDICAIS QUE representam vigilantes reivindicaram ontem no Senado a criação de um piso salarial nacional para a categoria, com valor inicial fixado em R\$ 3 mil mensais. O assunto foi o tema de uma audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Depois da audiência, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apresentou um projeto de lei para criar o piso salarial. Para o senador, a medida proporcionará a valorização da categoria, com ganho direto para a eficácia dos serviços que prestam à sociedade.

— O que nos une aqui é a luta pela melhoria das condições salariais da categoria. Os vigilantes merecem porque dedicam suas vidas a defender nossas vidas e nosso patrimônio — justificou.

Os sindicalistas sugerem que o piso salarial seja reajustado anualmente conforme índices estabelecidos em acordos ou negociações coletivas de trabalho. Na ausência de negociação, prevalecerá o reajuste com base na variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Ficha limpa

O presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV-PS), José Boaventura Santos, destacou que o piso nacional é o novo desafio depois da conquista do adicional de 30% de insalubridade, resultado de uma lei regulamentada neste ano.

Santos disse que no país atuam mais de 2,3 milhões de vigilantes, todos obrigados a fazer curso de formação para entrar na atividade e a passar por reciclagem a cada dois anos. Caso passem a ter registro na ficha criminal, eles são automaticamente excluídos da profissão.

— Além do requisito de idoneidade moral, somos bem preparados. Trabalhamos pela defesa da vida e somos merecedores de salário condizente — argumentou o dirigente da CNTV-PS.

Os sindicalistas destacaram que os salários variam enormemente de um estado para outro. Em Brasília, por exemplo, um vigilante recebe hoje R\$ 1,9 mil por mês. Em Roraima, por outro lado, o ganho é de apenas R\$ 920 mensais.

Amparo legal

Para Cláudio Vigilante, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, não há justificativa para tamanha discrepância considerando que o trabalho e os riscos são iguais.

O deputado Chico Vigilante (PT), da Câmara Legislativa do Distrito Federal, contestou a tese de que não há amparo legal para a criação de pisos salariais nacionais. Ele lembrou que o país adotou, um piso nacional para os professores. O deputado criticou o argumento de não é possível pagar aos vigilantes um piso que estados do Nordeste e outras regiões não garantem aos policiais militares.

— Se o policial ganha pouco no Nordeste, cabe a ele lutar



O senador Paulo Paim (C) conduz debate em que vigilantes defenderam criação de piso salarial nacional para a categoria

para ter salário melhor, e não ao vigilante se contentar com o que tem — afirmou.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, José Inácio Cassiano de Souza, observou que havia descrença quanto à aprovação da lei do adicional de periculosidade e que com “força e união” a categoria conseguiu vencer. Ele disse que o mesmo empenho será feito na luta pelo piso nacional.

Na opinião de Jervalino Rodrigues Bispo, que preside o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, será necessário buscar o apoio de cada senador. Três senadores participaram da audiência e anteciparam apoio à causa dos vigilantes.

Apoio no Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto que gerou a lei prevendo pagamento de periculosidade para os vigilantes, estimulou

a categoria a se mobilizar.

— Se os trabalhadores ficarem sentados em casa, as leis serão para retirar, não para conceder direitos.

Também como forma de estímulo, Fátima Bezerra (PT-RN) lembrou a longa luta pelo piso nacional dos professores. A senadora disse que os vigilantes não podem desistir da mesma conquista.

José Medeiros (PSD-MT) aproveitou para manifestar preocupação com a categoria dos vigilantes autônomos, que ainda estão fora do “mundo jurídico”, sem uma lei que regulamente as atividades.

Durante a audiência, outras reivindicações foram apresentadas, como a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que tramita na Câmara dos Deputados e obriga as empresas do setor a atuar com base em planos de segurança.

A audiência foi realizada por sugestão de Paulo Paim.

Paim defende na tribuna o projeto para a categoria

Em discurso no Plenário, Paim defendeu a aprovação do projeto sugerido pelos vigilantes na CDH.

— Se você calcular todos os descontos que terão que pagar, como o previdenciário, o Imposto de Renda e outras contribuições, o salário deles estará em torno de R\$ 2.300, R\$ 2.400 — disse.

Segundo o senador, a audiência de hoje foi uma sequência de outras já realizadas pela comissão desde a discussão sobre o adicional de periculosidade, que foi transformada em lei após projeto apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e de outro projeto apresentado por ele próprio, que criou o Dia do Profissional da Área de Segurança.

Audiência destaca papel da internet na participação popular

A internet tem enorme potencial para aumentar a participação dos cidadãos nas decisões de governos e Parlamentos, o que dá mais transparência ao poder público. Essa foi uma das análises apresentadas ontem por participantes da terceira audiência pública interativa do ciclo de debates A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro, promovido pela Comissão Senado do Futuro.

O diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, Cristiano Ferri Soares de Faria, explicou que o conceito de Parlamento aberto é uma tendência mundial que prega que o Poder Legislativo deve ouvir mais as opiniões dos cidadãos e eleitores. Com mais participação popular, o Parlamento aumenta a legiti-

midade perante a sociedade, diz Faria. Ele apresentou um resumo sobre o Portal e-Democracia, da Câmara, que funciona de maneira similar ao e-Cidadania, do Senado. As duas ferramentas facilitam a participação do cidadão no dia a dia do Legislativo.

O fundador do Votenaweb,

Fernando Barreto, explicou que o site permite que o internauta “vote” em projetos de lei em tramitação no Senado ou na Câmara. Ativo há sete anos, o site tem por objetivo aproximar parlamentares e população, segundo Barreto. Ele disse que já são mais de 6,3 mil projetos de lei que

podem ser votados no site e que é muito importante que os cidadãos possam discutir as propostas antes que se transformem em lei.

Professor de comunicação política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Arthur Ituassu apontou para o potencial da internet em aumentar a participação popular nas democracias. Segundo ele, as experiências eletrônicas de consulta já são usadas em vários países.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT), que preside a comissão, apresentou nova funcionalidade do e-Cidadania, que permite aos senadores gravar e publicar um pequeno vídeo apresentando projetos de autoria deles, o que facilita ao internauta opinar a favor ou contra a proposta.



Debate presidido por Wellington (E) integra ciclo da Comissão Senado do Futuro

Gurgacz quer modelo ecológico para Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu ontem o desenvolvimento sustentável de Rondônia e um modelo ecológico que tenha foco na qualidade de vida dos seres humanos. Na avaliação dele, a busca pelo progresso causa danos ao meio ambiente, mas pode criar ferramentas para a convivência harmoniosa do homem com a natureza.

Gurgacz disse que é preciso desfazer o conceito de que a Amazônia Legal é uma imensa floresta, pois a região abriga paisagem diversificada, com variados modelos de desenvolvimento.



Jefferson Rudy/Agência Senado